

**Miguel Cadilhe**  
(Jornal PÚBLICO, 7 III 08)

## A RECESSÃO E A ADJECTIVAÇÃO DO SENHOR MINISTRO

Disse, aliás redisse, numa conferência em Braga, que Portugal está em recessão grave. Expliquei que o conceito era o do novo Pacto de Estabilidade e Crescimento. O ministro das Finanças não gostou e declarou gratuita, não fundamentada, alarmista, aquela minha opinião. Surpreendeu-me o trato. Vindo de quem vem, merece atenta resposta.

Parece que a adjectivação ministerial decorre do apego à chamada recessão técnica, que de técnica, aliás, não tem nada.

A recessão grave, que consta do Pacto, é bem distinta da recessão técnica, que não consta do Pacto, mas consta há anos de manuais de iniciação à economia. Torna-se evidente que a dita recessão técnica é embaraçosa face à noção europeia de recessão grave.

No meu artigo “Trivialidades sobre Recessão e Défices Públicos”, publicado em 1997, e em escritos posteriores, analisei e critiquei a noção de recessão técnica. Mostrei que ela é, quanto muito, uma convenção cómoda mas rudimentar, que pode levar-nos a políticas tardias e conduzir-nos a absurdos.

Convido, pois, o leitor a libertar-se de uma tal convenção que é economicista no pior sentido da palavra. E vejamos os conceitos e os factos, para que possamos bem ajuizar.

### A chamada recessão técnica

Há recessão técnica quando o PIB efectivo e real diminui em valor absoluto em dois ou mais trimestres consecutivos. Trata-se de uma noção mecânica e cega. Foi pensada para realidades muito distintas da nossa. Nasceu em país de PIB *per capita* superior ao dobro do português. De seguida, foi acolhida por muitos que alinharam na simplificação sem se prevenirem de a relativizar.

Por exemplo, crescer zero por cento não significa, obviamente, o mesmo em Portugal e na Alemanha. E sofrer taxa de variação negativa é mais violento quando se pode e se precisa de crescer bem.

Nos Estados Unidos, o competentíssimo NBER tem classificado oficialmente como recessão alguns trimestres em que, contudo, o PIB cresce.

No decénio 1986-95, em Portugal, segundo as Contas Nacionais Trimestrais (INE, 1997), apenas teria ocorrido recessão, pela noção técnica, na primeira metade de 1992. E a sucessão oscilante de variações, ora negativas, ora positivas, do PIB trimestral em 1993, 94 e 95, não acolheria, em caso algum, o diagnóstico de recessão técnica, em flagrante contradição com a realidade.

## Os autênticos diagnósticos de recessão

O diagnóstico de recessão requer informação que vai muito para além da singela variação real do produto e da arbitrária fronteira zero pretensamente distintiva de fases do ciclo económico.

Em geral, o diagnóstico não deve ser reduzido a uma única medida. Os indicadores de pressão conjuntural respondem à questão de saber se a economia vem estando em vias estabilizadoras de aproximação ao produto potencial, ou em vias instabilizadoras de afastamento.

E não parece que uma atilada percepção da entrada e da saída de uma recessão, como de uma expansão, possa dispensar o conhecimento da história e das teorias explicativas dos ciclos económicos.

É por sensibilidade e pela devida ponderação de todos os indicadores que se chega ao diagnóstico substantivo de recessão. Perder-se-á, assim, a facilidade da dita recessão técnica, mas ganhar-se-á justeza e consistência. E ver-se-á que pode um país, como Portugal, entrar em recessão e dela sair sem evidenciar a famigerada sequência dos dois trimestres consecutivos.

## O que diz o novo Pacto

A noção de recessão grave do Pacto de Estabilidade e Crescimento, de 2005, abrange uma de duas situações, ou ambas: *«A Comissão e o Conselho, ao apreciar e decidir quanto à existência de um défice excessivo (...) podem considerar que o excesso em relação ao valor de referência resultante de uma recessão económica grave tem um carácter excepcional (...) quando resultar (a) de uma taxa de crescimento anual negativa do volume do PIB ou (b) de uma perda acumulada do produto durante um período prolongado de crescimento anual muito reduzido do volume do PIB relativamente ao seu crescimento potencial.»*

Há na situação b) dois requisitos. E há margens de arbítrio sobre o que é “prolongado” ou o que é “muito reduzido”, além de questões mais técnicas sobre os cálculos do PIB potencial.

Portugal esteve na situação a) em 2003 (queda real do PIB 0,8 por cento). E, como sintetizo de seguida, vem estando na situação b) desde 2003, inclusive.

### Quanto ao 1º requisito (modéstia do crescimento do PIB efectivo):

As taxas reais anuais de crescimento do PIB têm sido, em percentagem: 0,8 em 2002, menos 0,8 em 2003, 1,3 em 2004, 0,5 em 2005, 1,2 em 2006, 1,9 em 2007, 1,8 em 2008 (previsão). Estão muito abaixo das taxas médias dos países europeus mais próximos do nosso nível de desenvolvimento. Estão abaixo da média anual da zona Euro. Em vez de convergência real, temos feito divergência real, de tal modo que o nosso PIB per capita, em paridade de poderes de compra, retrocedeu para o início dos anos noventa quando nos comparamos com a UE dos 15.

### Quanto ao 2º requisito (hiato negativo do PIB):

O hiato real do PIB revela-se sistematicamente negativo desde 2003, inclusive, e o acumulado é mais grave do que em qualquer outro país da zona Euro. A dimensão do hiato depende do método de cálculo do produto potencial. Por exemplo, o hiato real negativo acumulado do PIB português, para os seis anos 2003 a 2008, é calculado em 18,9 por cento pela OCDE (fins de 2006). Mas é calculado em 10,4 por cento para os sete anos 2003-2009 pela Comissão Europeia (fins de 2007), neste caso mediante um assumido afrouxamento do nosso PIB potencial dos anos dois mil. Afrouxamento que, só por si, é muito preocupante, prende-se com as quebras do investimento. Com o peso e a eficiência do Estado. Com a falha de ‘reformas estruturais importantes’ (noção também introduzida pelo novo Pacto). E com outras causas estruturais. Percebe-se, porém, que há aqui um volante calculatório e metodológico. Se, por hipótese, abrandássemos muito mais o PIB potencial, o hiato passaria, só por esse efeito, a ser positivo.

### A especial gravidade da nossa recessão

A actual recessão é grave porque é longa e, pior, porque já contaminou o nosso produto potencial.

Ora, mais do que a noção de recessão grave que decorre do Pacto e cujos requisitos, a meu ver, Portugal preenche, preocupa-me o fraco potenciamento do nosso futuro. Mais do que o decepcionante andamento do nosso PIB efectivo durante os anos dois mil, mais do que o seu hiato negativo acumulado, preocupa-me o severo afrouxamento do nosso produto potencial.

Perdoará o leitor que fale de avisos meus. Avisei que isso podia vir a ocorrer.

Escrevi-o no citado artigo de 1997. Admiti então a possibilidade de uma *«deslocação da ‘tendência’ de crescimento do produto efectivo sistematicamente para baixo; por este efeito, descera também a ‘tendência’ do futuro produto potencial, que é alimentado pelo nível e pela composição do produto efectivo de anos passados»*.

Infelizmente, parece que o tempo me deu razão. Por quanto mais tempo, não sei, ninguém sabe.

### A política orçamental

O novo Pacto prevê que países em recessão grave possam ter um tratamento especial no que respeita aos procedimentos de défice excessivo. Portugal já não está em défice excessivo desde 2006, inclusive, porque o que conta é o défice público ‘estrutural’ (corrigido do ciclo e de medidas temporárias). Mas estamos na exigente caminhada, que em recessão é procíclica, dos objectivos orçamentais de médio prazo.

No grave contexto em que estamos, a política orçamental deveria ser regradamente anticíclica, nunca procíclica, como perversamente vem sendo há anos, e há anos venho dizendo. Provoca-se, assim, mais recessão. Penso que a ortodoxia do velho Pacto de 1997 paira ainda entre nós. Subalterniza-se o novo Pacto de 2005, o qual considera ser de evitar o prociclicismo: *«será necessário estabelecer uma abordagem mais simétrica à política orçamental ao longo do ciclo através do reforço da disciplina orçamental em períodos de conjuntura económica favorável, a fim de evitar políticas procíclicas e alcançar gradualmente o objectivo orçamental de médio prazo»*.

**Lembraria, a propósito, que o Pacto é um diploma de grau superior na hierarquia da União Europeia, acima dele está o Tratado, abaixo dele estão procedimentos, especificações, combinações e outras congeminações de burocratas, eurocratas e políticos.**